

# ***ASPECTOS JURÍDICOS DA ABERTURA DO MERCADO DE PETRÓLEO***

---

**EDSON CARVALHO VIDIGAL**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Senhoras, Senhores:

Na prática, o petróleo continua sendo nosso. Ou seja, continua monopólio estatal. Não obstante, declarações formais e intenções normativas, ainda é o Estado quem comanda o auditório perante o qual se apresentam os interesses envolvidos com a exploração, com a comercialização, com o refino e com o transporte do petróleo e seus derivados.

Existem leis, não há dúvida, cuidando da possibilidade de flexibilização desse monopólio. Mas, uma coisa é a disposição da lei; outra é a vontade política para se implementar, de maneira firme, a disposição da lei.

Até onde sabemos, há esperas. Esperas de que os espaços historicamente do Estado sejam efetivamente liberados para que a iniciativa privada adentre e trabalhe. E que disso se tenha um resultado melhor para todos. Digo todos os brasileiros, destino final de toda ação legal do Estado.

Este nosso encontro nos levou ao melhor do que se precisa quando a idéia é mudar, mudar para melhor. Fomos levados a um estado de reflexão, de questionamentos, de debates e de formatação de princípios. Princípios para a ação.

O Superior Tribunal de Justiça, que não se contenta em ser apenas um fórum do direito formal no sentido estrito das decisões judiciais terminativas no plano infra-constitucional, mas também um



fórum onde há espaço para os debates das questões que tenham em vista a realização da justiça social; o Superior Tribunal de Justiça diz aqui que o êxito deste encontro faz parte também, por conseguinte, do êxito da sua missão.

Por isso, somos muito agradecidos a todos – aos promotores deste seminário, aos seus patrocinadores, expositores, debatedores e, sobretudo, aos participantes em geral, sem os quais tudo se resumiria a um encontro de falas solitárias diante de seus próprios espelhos, espelhos opacos pela umidade de seus esconderijos onde são reféns da própria solidão.

Muito obrigado.